



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACIG
ODONTOLOGIA

O AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE BUCAL NO BRASIL

Gabriel Milane Furlani

Manhuaçu / MG

2023

GABRIEL MILANE FURLANI

O AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE BUCAL NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Superior de Odontologia do Centro
Universitário UNIFACIG, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Odontologia.

Orientador: Prof. MSc. Humberto Vinício Altino
Filho

Manhuaçu / MG

2023

GABRIEL MILANE FURLANI

O AVANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE BUCAL NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no
Curso de Superior de Odontologia do Centro
Universitário UNIFACIG, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Odontologia.
Orientador: Prof. MSc. Humberto Vinício Altino
Filho

Banca Examinadora:

Data da Aprovação: 04/07/2023

Prof. MSc. Humberto Vinício Altino Filho (Orientador) - UNIFACIG

Prof. Ma. Juliana Dias Grapiuna – UNIFACIG

Prof. Ma. Soraia Ferreira Caetano de Carvalho – UNIFACIG

RESUMO

A Política Nacional de Saúde Bucal visa à reorientação da Atenção Primária no país, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde. É reconhecida pelo Ministério da Saúde, como estratégia de expansão, qualificação e consolidação da Atenção Primária, por favorecer uma reorganização do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os preceitos, diretrizes e fundamentos, ela também ajuda a aumentar a resolutividade e impacto na situação de saúde da população, oferecendo uma ótima relação custo-efetividade.

A Política Nacional de Saúde Bucal tem impactado a vida de milhões de pessoas pelo Brasil desde de sua criação, por meio do oferecimento de serviços odontológicos gratuitos no Sistema Único de Saúde. Esses serviços são ofertados em Unidades de Saúde da Família/Postos de Saúde, Equipes de Saúde Bucal, Centros de Especialidades Odontológicas e hospitais. O objetivo do presente trabalho foi analisar a evolução e os resultados gerados pela Política Nacional de Saúde Bucal implementada no Brasil. A metodologia usada se encontra voltada a uma revisão de literatura, por meio de pesquisas bibliográficas, com qual foi feito um levantamento de trabalhos com o objetivo de avaliar o desempenho da Política Nacional de Saúde Bucal adotada pelo Brasil. A evolução da odontologia pública no Brasil é notável ao decorrer dos anos, mas ainda está longe de ser perfeita, por isso, se torna justificável a necessidade da realização de trabalhos que complementem a ação do sistema público de saúde.

Palavras-chave: Políticas públicas de saúde bucal, SUS, Brasil sorridente, atenção primária à saúde bucal, saúde bucal coletiva.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- I. SUS - Sistema Único de Saúde
- II. APS - Atenção Primária a Saúde
- III. PNSB - Política Nacional de Saúde Bucal
- IV. PBS - Programa Brasil Sorridente
- V. ESF - Estratégia Saúde da Família
- VI. CEOs - Centros de Especialidades Odontológicas
- VII. LRPDs - Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias
- VIII. CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
- IX. ESB - Equipes de Saúde Bucal

"Cada um de nós é, sob uma perspectiva cósmica, precioso. Se um humano discorda de você, deixe-o viver. Em cem bilhões de galáxias, você não vai achar outro como ele."

(Carl sagan)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. MATERIAIS E MÉTODOS	6
3. RESULTADOS E DICUSSÃO	6
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
5. REFERÊNCIAS	10

1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo, a odontologia esteve à margem das políticas públicas de saúde. Os serviços que eram prestados de forma gratuita eram limitados e de difícil acesso para a população, além de serem exclusivamente de enfoque curativo e sem incentivo ao trabalho de prevenção (SPEZZIA, 2014).

O Brasil evoluiu com o Sistema Único de Saúde (SUS) ao firmar a universalidade e integralidade e ao ampliar a cobertura da Atenção Primária a Saúde (APS). Com a fundação do SUS, em 1988, buscou-se romper com o modelo vigente, que se mostrava limitado e com baixo impacto sobre os índices epidemiológicos de doenças bucais, no entanto, somente algumas experiências isoladas conseguiram ampliar o acesso, desenvolver ações de promoção e ofertar serviços mais complexos (ROSSI, 2016).

Diante desses resultados, o Governo Federal, em 2004, criou uma nova Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB), o Programa Brasil Sorridente (PBS). O PBS é formado por “[...] medidas que têm como objetivo garantir as ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros, entendendo que esta é fundamental para a saúde e qualidade de vida da população” (BRASIL, 2004). Tem como objetivo, a reorganização da prática e também a qualificação das ações e dos serviços prestados, por meio de uma série de ações em saúde bucal voltadas à população, com ampliação do acesso ao tratamento odontológico aos brasileiros, por meio do SUS (SCHERER; SCHERER, 2015).

As diretrizes da PNSB emergem, então, com o propósito de ofertar a viabilização de fluoretação das águas de abastecimento público, a reorganização da atenção básica por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) e da prestação de serviços odontológicos especializados através da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) e dos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPD) (SOUZA; MOURÃO; EMILIANO, 2022).

Sendo assim, considerando a realidade de saúde bucal da população brasileira e as metas estabelecidas pelo PNSB se faz necessário uma análise sobre o impacto da PNSB. Dessa forma, este estudo teve por objetivo avaliar o impacto da atual Política Nacional de Saúde Bucal, sobre a provisão de serviços odontológicos no Brasil no período compreendido entre 2009 e 2023.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração deste trabalho, que se trata de uma revisão de literatura, foram utilizadas as seguintes bases de dados; Google Acadêmico, LILACS, Medline/Pubmed e Scielo, sendo considerados os trabalhos publicados a partir do ano de 2009 até o ano de 2023, no idioma português. Foi realizado um levantamento de dados e reunião de informações sobre o tema, a partir dos seguintes termos de busca: Políticas públicas de saúde bucal, SUS, Brasil sorridente, atenção primária à saúde bucal, saúde bucal coletiva.

3. RESULTADOS E DICUSSÃO

A promulgação da Constituição, em 1988, iniciou uma nova era na gestão de saúde brasileira, com algumas áreas de atenção voltadas para a saúde bucal que, compreendida como uma parte inseparável da saúde, passou também a ser considerada um direito de todos e um dever do Estado (FRAZÃO; NARVAI, 2009).

No final dos anos 90, o índice de cárie dentária entre estudantes de 12 anos e o edentulismo em adultos era muito alto (72% da população urbana na faixa de 50-59 anos já haviam perdido todos os dentes de pelo menos um maxilar), o que rendeu ao Brasil o apelido de “o país dos banguelas” (CHAVES *et al.*, 2015).

A partir do início dos anos 2000, as políticas públicas de saúde bucal passaram a receber mais atenção e em 2004, o Programa Brasil Sorridente foi oficialmente inaugurado com o objetivo de ser uma política subsetorial concretizada no documento “Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal”, definida durante o governo Lula (2003-2006), no primeiro ano de governo, e integrada ao “Plano Nacional de Saúde: um pacto pela saúde no Brasil” (NARVAI, 2011).

A implementação desse programa foi responsável pela expansão no território nacional dos postos de trabalho de cirurgiões dentistas no Sistema Único de Saúde. Segundo Gabriel *et al.* (2020), cerca de 48% dos dentistas cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Brasil, realizam atendimento no SUS. O Brasil Sorridente, provavelmente, foi um grande impulsionador desse número, já que em apenas 13 anos foi possível observar um aumento de 118% dos municípios com Equipes de Saúde Bucal (ESB) implantadas. No fim de 2015,

aproximadamente, 90% dos municípios brasileiros apresentaram ESB, sendo 22.227 ESB na modalidade 1 (dentista e auxiliar de saúde bucal) e 2.240 ESB na modalidade 2 (dentista, auxiliar de saúde bucal e técnico em saúde bucal).

Junto com o programa Brasil Sorridente, foram criados os centros de especialidades odontológicas (CEO). Esses centros consistem em serviços de referência às equipes de saúde bucal na atenção básica para a resolução de casos complexos que demandam um atendimento especializado (GALVÃO; RONCALLI, 2021). Essa política implementada nos governos de Lula e Dilma, entre 2003 e 2014, promoveu o crescimento na oferta e cobertura potencial de serviços públicos odontológicos entre 2003 e 2006 e certa manutenção nos períodos 2007-2010 e 2011-2014 (CHAVES, 2018).

Tabela 1. Número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) no Brasil entre 2003-2017 a partir do Sistema de Informações Ambulatoriais.

Ano	Equipes de saúde bucal
2003	617
2004	8.951
2005	12.602
2006	15.086
2007	15.694
2008	17.801
2009	18.982
2010	20.424
2011	21.425
2012	22.203
2013	23.150
2014	24.279
2015	24.467
2016	24.384
2017	25.905

Fonte: (CHAVES *et al*, 2018)

Tabela 2. Número de CEO implantados e número de tratamentos especializados realizados entre 2008 e 2017 a partir do Sistema de Informações Ambulatoriais, SIA-SUS. Brasil

Ano	Número de CEO	Total de procedimentos
2008	674	210.330
2009	808	289.970
2010	853	287.364
2011	882	294.908
2012	944	309.822
2013	988	285.757
2014	1.030	329.737
2015	1.034	377.649
2016	1.072	374.454
2017	1.100	446.268

Fonte: (CHAVES *et al*, 2018)

Os incentivos ao Brasil Sorridente permitiram um aumento de, aproximadamente, 500% no número de ESB, o que possibilitou uma expansão de 617 ESB em 2003 para mais de 25.000 ESB em 2017, resultando em uma cobertura de cerca de 40% da população brasileira (LUCENA *et al*. 2019).

Em março de 2019, o Ministério da Saúde inaugura o Previne Brasil, o que nada mais era, do que uma nova maneira de financiamento da APS. De acordo com esse modelo, a distribuição dos recursos usará como referência o desempenho das ESF (RIOS, 2021).

Com a implementação da Política Nacional de Saúde Bucal, Brasil Sorridente, além da ampliação e criação dos serviços odontológicos públicos, reorganizou-se completamente o modelo assistencial, também se passou a promover um conjunto de ações no âmbito individual e coletivo que envolve a promoção da saúde, prevenção das doenças, diagnóstico, tratamento e reabilitação (LUCENA; JÚNIOR, SOUZA, 2011). Porém, Chaves *et al*.(2018) afirmam em um de seus estudos que o modelo de atenção curativo e mutilador ainda é usado no âmbito público e na ESF, especialmente, em áreas remotas.

Segundo Narvai (2011), a política de saúde bucal implantada no Brasil no início da primeira década do século XXI é bem-sucedida, sob vários critérios. Ele

afirma ainda que é fato inegável, também, que desde seu lançamento a PNSB se consolidou no âmbito do SUS e produziu resultados marcantes. No entanto Júnior *et al.* (2020) dizem que embora possamos comemorar algumas vitórias importantes, a cobertura e o acesso aos serviços de saúde bucal ainda não chegaram à universalidade, o que significa que uma grande parte da população do Brasil precisa recorrer aos serviços privados ou continuar doentes e mutilados.

Spezzia, Carneiro e Trindade (2015), disseram que, é essencial que os profissionais da odontologia desempenhem um papel ativo na implementação de políticas públicas para melhorar a saúde bucal da população e reduzir as desigualdades e que a questão dos recursos humanos é um componente fundamental em qualquer política de saúde bucal. Incentivos financeiros por parte do governo aos profissionais da área também pode funcionar para resolver problemas como o atendimento precário em áreas remotas do país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a criação e incentivo das Políticas Públicas de Saúde Bucal trouxeram resultados positivos, tanto para a população brasileira de modo geral, quanto para a classe dos cirurgiões dentistas, já que nesse período, desde o início dos programas de incentivo a saúde bucal, houve um aumento no oferecimento de serviços odontológicos gratuitos para a população e também possibilitou um crescimento na oferta de empregos para os profissionais da área odontológica. Em contrapartida, foi possível observar que a odontologia em âmbito público necessita de aprimoramentos e ainda é considerada defasada em relação ao setor privado.

5. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sabrina Ferraz Alves; ROCHA, Marcelo Pereira. Políticas de Saúde Bucal no Brasil: Mudanças a Partir de 1988. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, v.13, n.45, p. 488-501, 2019.

CHAVES, S. C. L., ALMEIDA, A. M. F. DE L., REIS, C. S. DOS, ROSSI, T. R. A., & BARROS, S. G. de. (2018). Política de Saúde Bucal no Brasil: as transformações no período 2015-2017. **Saúde Em Debate**, 42(spe2), 76–91.

CHAVES S. C. L., ALMEIDA A. M. F DE L., ROSSI T. R. A., SANTANA S. F., BARROS S. G., SANTOS C. M. L. Política de Saúde Bucal no Brasil 2003-2014: cenário, propostas, ações e resultados. **Ciênc saúde coletiva**. v. 22, p.1791–803, 2017.

FRAZÃO, Paulo; NARVAI, Capei, Paulo. (2009). Saúde bucal no Sistema Único de Saúde: 20 anos de lutas por uma política pública. **Saúde em Debate**, v.33(81), p.64-71.

GALVÃO M.H.R, RONCALLI A.G. Desempenho dos municípios brasileiros quanto à oferta de serviços especializados em saúde bucal. **Cad Saúde Pública** [Internet]. 2021;37(1)

GABRIEL M, CAYETANO M.H, CHAGAS M.M, ARAUJO M.E DE, DUSSAULT G, JUNIOR G.P.A, et al.. Mecanismos de ingresso de dentistas no SUS: uma agenda prioritária para o fortalecimento do Brasil Sorridente. **Ciênc saúde coletiva** [Internet]. 2020Mar;25(3):859–68.

LUCENA, E.H.G de et al. Monitoring of oral health teams after National Primary Care Policy 2017. **Revista de Saúde Pública** [online]. v. 54 [Acessado 2 Junho 2023] , 99. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054002075>>.

LUCENA, E. H. G. DE, JÚNIOR, G. A. P., & SOUSA, M. F. (2011). A Política Nacional de Saúde Bucal no Brasil no contexto do Sistema Único de Saúde. **Tempus – Actas De Saúde Coletiva**, v.5(3), p. 53-63.

NARVAI, P. C. Ocaso do 'Brasil Sorridente' e perspectivas da Política Nacional de Saúde Bucal em meados do século XXI. **Tempus, actas de saúde colet**, v.14, p.175-187, 2020.

NARVAI, P. C. (2011). Avanços e desafios da Política Nacional de Saúde Bucal no Brasil. **Tempus – Actas De Saúde Coletiva**, v.5(3), p. 21-34.

OLIVEIRA, M.T. P; FARIAS, M. R; VASCONCELOS, M. O; BRANDÃO, I. R. Os desafios e as potencialidades da saúde bucal na Estratégia Saúde da Família: uma análise dos processos de trabalho. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, 2022.

PUCCA, J.G.A; GABRIEL, M; CARRER F.C.A; PALUDETTO J.M; LUCENA E.H.G; MELO, N.S. Acesso e cobertura populacional à saúde bucal após a implementação da política nacional de saúde bucal “Brasil Sorridente”. **Tempus Actas Saude colet**. 2020;14(1):29-43.

RIOS, L.T. Tendência da política nacional de saúde bucal, 2009 - 2019: estudo de série temporal no Estado do Ceará. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde da Família) - Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família, Campus Sobral, Universidade Federal do Ceará, Sobral, 2021.

ROSSI, T.T.A. Produção social das políticas de saúde bucal no Brasil [tese]. Salvador: UFBA/ISC; 2016. 380 p.

SCARPARO, Angela; ZERMIANI, Thabata Cristy; DITTERICH, Rafael Gomes; PINTO, Márcia Helena Baldani. Impacto da Política Nacional de Saúde Bucal Programa Brasil Sorridente – sobre a provisão de serviços odontológicos no Estado do Rio de Janeiro. **Cad. Saúde Colet.**, 2015, Rio de Janeiro, v. 23 (4): p.409-415.

SCHERER, C. I., & SCHERER, M. D. dos A. (2015). Avanços e desafios em saúde Bucal após uma década do Programa “Brasil Sorridente”. **Revista De Saúde Pública**, v.49.

SOUZA, G. C. DE A., MOURÃO, S. A., & EMILIANO, G. B. G.. (2022). Série temporal da produção odontológica no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2008-2018. **Epidemiologia E Serviços De Saúde**, v.31(1), p.202-1213.

SPEZZIA, Sérgio. Uma análise das políticas públicas voltadas para os serviços de saúde bucal no Brasil. 2014. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

SPEZZIA, S; CARVALHEIRO, E.M; TRINDADE, L.L. Uma análise das políticas públicas voltadas para os serviços de saúde bucal no Brasil. **Rev. Bras. Odontol.** vol.72 no.1-2 Rio de Janeiro Jan./Jun. 2015.

